04-03-2015

ATA Nº. 05/2015**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA QUATRO DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E
QUINZE.** -----

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa, António Pedro Oliveira Martins e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha. -

A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.** -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 44, do dia três de março do ano de dois mil e quinze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 1.993.831,05 (um milhão, novecentos e noventa e três mil, oitocentos e trinta e um euros e cinco cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 690.754,87 (seiscentos e noventa mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 04, da reunião ordinária realizada no dia dezoito de fevereiro do ano de dois mil e quinze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

04-03-2015

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----
PROCOLOS DE CEDÊNCIA DE USO/CONTRATOS DE COMODATO –
DIREITO E USO DE IMÓVEIS, COM O FIM DE ALBERGAR AS SEDES SOCIAIS
DAS SEGUINTESS ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO DE ÍLHAVO. -----

Presentes os seguintes sete (7) Protocolos, aqui dados por integralmente transcritos. -----

- Associação “Cardadores” de Vale de Ílhavo; -----
- Associação de Moradores da Senhora dos Campos; -----
- Associação Nacional de Professores – Secção de Ílhavo; -----
- Associação Recreativa e Cultural Chio Pó-Pó; -----
- Associação Rotary Club de Ílhavo; -----
- Clube Natureza e Aventura de Ílhavo; -----
- Núcleo Sportinguista de Ílhavo; -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes protocolos. -----

CÂMARA MUNICIPAL. -----
ELABORAÇÃO DE PIER - PLANO DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RURAL DA
SENHORA DOS CAMPOS (EX-COLÓNIA AGRÍCOLA) - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “1 – Considerando: -----
- 1.1 - que o processo de elaboração e tramitação do Plano de Pormenor da Colónia Agrícola da Gafanha e Áreas Confinantes, se encontra em curso há mais de 17 anos (cf. deliberação da Câmara Municipal de Ílhavo - CMI de 05/11/1997), sem resultados práticos; -----
- 1.2 - que em reunião de 6 de maio de 2014, o atual Presidente da CMI, Engº Fernando Caçoilo, entregou um Relatório ao Ex.mo Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com o historial de todo o processo, reiterando todas as preocupações que se encontram relacionadas com esta área de intervenção e solicitando os esforços do Sr. SEADR para um célere apoio para a sua resolução; -----
- 1.3 - que resultado da referida reunião foi publicado o Despacho n.º 7788/2014, de 17 de junho de 2014, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, que determinou a criação de um Grupo de Trabalho (GT), composto por um representante da

04-03-2015

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), que coordena, da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) I. P. Este Grupo, em articulação com a Câmara Municipal de Ílhavo, deverá: -----

a) Avaliar as situações de uso e fruição de património imobiliário do Estado na área da Colónia Agrícola da Gafanha da Nazaré; -----

b) Avaliar as possibilidades de regularização da titularidade dos bens imóveis que se encontram na área em causa; -----

c) Propor um modelo de gestão do património do Estado existente, designadamente no âmbito das finalidades da Bolsa Nacional de Terras. -----

1.4 - que a coordenação do GT (DGADR) está a concluir o Relatório, tendo necessitado de três reuniões plenárias (10/09/2014, 02/12/2014 e 22/01/2015), estando agendada a 4ª reunião para o dia 05/03/2015, com visita à Colónia Agrícola, e prevista a entrega do Relatório final, à Ex.ma Srª Ministra da Agricultura e do Mar, para o dia 10 de março de 2015. -----

2 – Considerando ainda que: -----

2.1 - é referido no Relatório provisório do GT, que foi abordada a questão da modalidade de Plano a adotar (PIER), tendo a representante da CCDR-C, reforçado o facto de estar em aprovação a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na qual se constata uma alteração dos efeitos previstos pelo chamado PIER - “o plano de intervenção no espaço rústico não pode promover a reclassificação do solo rústico em urbano”; -----

2.2 - a execução deste trabalho do GT (Relatório) e o momento de transição do RJIGT, devem constituir-se como uma oportunidade de gerar um compromisso entre as várias entidades interessadas, para que definitivamente se promova a resolução dos problemas da ex-Colónia Agrícola; -----

2.3 - nos termos do disposto na alínea a) do nº 2 do Art. 91º-A do RJIGT, o Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER) é uma modalidade específica de Plano de Pormenor, que por sua vez está integrada nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT); -----

04-03-2015

2.4 - nos termos previstos no nº 1 do Art. 74º do RJIGT, a elaboração dos PMOT's compete à Câmara Municipal (CM), sendo determinada por deliberação, a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e na respetiva página da internet, que estabelece os prazos de elaboração e do período de participação. Segundo o nº 2 do Art. 77º do RJIGT, o período de participação que consta da referida deliberação não deve ser inferior a 15 dias, e servirá para formulação de sugestões ou apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração do Plano. -----

3 – Proponho: -----

3.1 - dar início ao procedimento de elaboração do Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER) da Senhora dos Campos (Ex- Colónia Agrícola), aprovando os Termos de Referência anexos, assim como a fundamentação da oportunidade de elaboração do Plano, os objetivos do Plano, o prazo de elaboração, o período de discussão preventiva e a qualificação do Plano para efeitos de Avaliação Ambiental Estratégica; -----

3.2 - estabelecer um prazo de execução do Plano de 12 meses de acordo com os Termos de Referência. Reforçamos que o otimismo manifestado na previsão deste prazo, assenta na convicção de que estes Termos de Referência se encontram consolidados no âmbito do trabalho desenvolvido pelo GT, integrando os Atos Preparatórios da elaboração do referido Plano (cf. nº 1 do Art. 74º do RJIGT); -----

3.3 - considerar a qualificação do Plano para efeitos de AAE, de acordo com o DL 232/07 de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 15 de junho, apesar de se entender que as propostas do Plano e as medidas que dele decorrerem não irão produzir efeitos significativos para o ambiente. No entanto, pretende-se elaborar o procedimento de AAE, elaborando o seu Relatório Ambiental e Resumo não Técnico, que integrará os descritores ambientais relevantes, devidamente equacionados na fundamentação das propostas que serão consolidadas no âmbito do Plano. Pretende-se que o procedimento de AAE apoie a sustentabilidade ambiental das soluções de Planeamento e Gestão que venham a ser desenvolvidas (cf. nº 6 do Art. 74º do RJIGT); -----

04-03-2015

3.4 - proceder à abertura de um período de participação preventiva de 15 dias, destinado à formulação de sugestões e à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de elaboração (cf. nº 2 do Art. 77º do RJGT).

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo. -----

02.março.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL. -----

PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO POR AVENÇA – ANTÓNIO JOAQUIM

PASCOAL LEANDRO - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1- A nova filosofia do acesso, obtenção e gestão dos fundos comunitários para o quadro comunitário até 2020; -----

2- Que este mesmo quadro enfatiza um direcionamento para as empresas e diferentemente relacionada para as autarquias locais; -----

3- Que o mesmo, na área autárquica, dá primazia a projetos intermunicipais, assentes em eixos transversais de intervenção e de inclusão social; -----

4- Que o mesmo também está assente em projetos voltados para a obtenção de índices sociais e económicos e já não de índices de realização; -----

5- Que impõe estudos técnicos, económico e sociais devidamente aprofundados e estruturados que não deixem dúvidas quanto à clareza do respetivo financiamento; -----

6- Que os pressupostos já enunciados implicam um investimento de tempo de preparação bem superior aos anteriores quadros comunitários, uma devida coordenação política mas assente numa coordenação operacional capaz de conjugar os diversos serviços da estrutura municipal e os serviços externos; -----

7- Que a estrutura da Câmara Municipal não tem nenhum técnico não só com conhecimentos vastos que a função agora exige mas também com a disponibilidade que esta filosofia exige; -----

04-03-2015

- 8- Que igualmente não se compadece com a criação de um lugar no quadro, atento a especificidade técnica exigida por um lado mas por outro por uma polivalência de conhecimentos e de acesso a contactos privilegiados junto a Instituições relacionados com fundos comunitários; -----
- 9- Que, em contactos informais junto do mercado, se verificou que António Joaquim Pascoal Leandro se destacou nesta área ao longo dos últimos anos granjeando-lhe não só conhecimentos mas também relacionamentos importantes nesta matéria, como o vasto curriculum anexo o demonstra, designadamente sendo gestor de projetos do Programa Aveiro Digital e ainda do programa Aveiro Cidade Digital tendo até trabalhado com a Câmara Municipal de Ílhavo; -----
- 10- Que as funções pretendidas não se compadecem com uma consulta ao mercado com o formalismo tradicional, até porque, -----
- 11- O Código dos Contratos Públicos, instituído pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, prevê na alínea b) do n.º 1 do art. 27 a possibilidade do ajuste directo, quando a natureza das respectivas prestações, nomeadamente as inerentes a serviços de natureza intelectual... não permita a elaboração de especificações contratuais suficientemente precisas para que sejam qualitativamente definidos atributos das propostas necessários à fixação de um critério de adjudicação...), como é manifestamente o caso, pela dificuldade em especificar cláusulas como o do domínio de matérias necessariamente abstratas na nova filosofia do acesso a fundos comunitários, da mensuração de conhecimentos pessoais nesta área de acesso a fundos comunitários, na preparação e organização de candidaturas atendendo ao novo quadro de apoio comunitários, à confiança técnica e pessoal, ...; -----
- 12- A informação da DAG/Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, em anexo; -----
- 13- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a contratação em causa, nomeadamente: -----
- 13.1- O contratado tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; --
- 13.2- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----
- 13.3- A redução remuneratória, se aplicável, será efetuada nos termos da Lei; -----

04-03-2015

13.4- A Câmara Municipal não tem conhecimento de que existam trabalhadores em situação de requalificação no âmbito da CIRA. -----

Proponho, -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35.º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, designadamente no seu n.º 5 e 12 do artigo 75.º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20.º e 27º e ainda no art. 32.º da Lei 35/2014, de 20/06, que: -----

A) A Câmara Municipal emita o necessário parecer prévio; -----

B) Consequentemente proceda à contratação de António Joaquim Pascoal Leandro, em regime de prestação de serviços (avença), como Assessor do Presidente da Câmara para a área da gestão de fundos comunitários, pelo período de doze meses (março de 2015 a fevereiro de 2016), pelo valor mensal de 2.900,00€ acrescido de IVA, se devido, eventualmente renovável se nenhuma das partes o denunciar e o sucesso das candidaturas o justificar e acrescido de eventuais encargos suportados aquando de deslocações a expensas do Município de Ílhavo, designadamente ajudas de custo e deslocações no caso o Município não dispor de meios ou elementos para o fazer. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo. -----

02.março.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta, com as abstenções do Vereadores do PS. -----

APROVISIONAMENTO. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

LISTAGEM DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS NO 4º TRIMESTRE DE 2014, AO ABRIGO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a informação referenciada em título, datada de 27.fevereiro.2015, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Maria da Conceição Lucas, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta

04-03-2015

da listagem das prestações de serviços relativas ao 4º trimestre de 2014, ao abrigo do Parecer Prévio Genérico. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento da presente informação. -----

PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – ABERTURA DE PROCEDIMENTO “BANDA MAR” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação referenciada em título, datada de 27.fevereiro.2015, elaborada pela Colaboradora Natacha Maio, corroborada pela Responsável da CAP, Carla Ferreira, aqui dada por integralmente transcrita, e a solicitação do Centro Cultural de Ílhavo, na qual e em síntese, se sugere a abertura de procedimento para a contratação de um espetáculo musical com a “Banda Mar”, devendo o referido evento realizar-se no próximo dia 07.março.2015, com a duração de 60 minutos, estimando-se que o respetivo preço contratual não exceda os 6.000,00 €(seis mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo que a adjudicação deverá ser efetuada por ajuste direto, cujo convite deverá ser endereçado à empresa, “Arruada Unipessoal, Lda. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

PARECER PRÉVIO - PRODUÇÃO DA AGENDA DE EVENTOS “VIVER EM ... MUNICÍPIO DE ÍLHAVO” – CONTRATO N.º 4/2014 – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 24.fevereiro.2015, elaborada pela Responsável da CAP, Carla Ferreira, corroborada pela respetivo Chefe de Divisão, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, sob consulta do Gabinete de Comunicação, na qual e em síntese, se sugere a prorrogação do contrato referenciado em título, pelo período de um (1) ano, no valor de 12.300,00 €(doze mil e trezentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, à “Empresa Gráfica Feirense, SA”. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio favorável à renovação do contrato. -----

04-03-2015

PARECER PRÉVIO – “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO DE PRAGAS, DESRATIZAÇÃO E DESINFEÇÃO NO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO” – ABERTURA DE PROCEDIMENTO – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 27.fevereiro.2015, elaborada pela Responsável da CAP, Carla Ferreira, corroborada pela respetivo Chefe de Divisão, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, e a solicitação do Chefe da DGESU, Pedro Nunes, na qual e em síntese, se sugere a abertura do procedimento referenciado em título, estimando-se que o respetivo preço contratual não exceda os 21.000,00 €(vinte e um mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo período de um (1) ano, prorrogável por igual período de tempo até ao limite de três (3) anos, sendo que a adjudicação deverá ser efetuada por ajuste direto, por convite endereçado às firmas: Econorte, Lda; Rentokil Portugal, Lda; Higicontrol, Lda; Pestox, Lda, e Desilider, Lda-----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio favorável à aquisição do serviço. -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA C.M.I. PARA 2015 – 1ª ALTERAÇÃO – PROPOSTA - RATIFICAÇÃO. -----

Presentes os documentos referenciados em título, aqui dados aqui por integralmente transcritos, que importam nos seguintes valores: -----

- A 1ª Alteração às GOP, tem como Inscrições/Reforços o valor de 225.000,00€ e em Diminuições/Anulações o valor de 150.000,00 € e nela consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a 1ª Alteração às GOP/2015. À Câmara para ratificação. -----
16.fevereiro.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente Despacho. -----

- A 1ª Alteração ao Orçamento (despesa), tem em Inscrições/Reforços e em Diminuições/Anulações, o valor de 269.000,00 € e nela consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

04-03-2015

“Aprovo a 1ª Alteração às Orçamentos/2015. À Câmara para ratificação. -----
16.fevereiro.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente Despacho. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

DESTAQUE DE PARCELA. -----

Presente o processo registado com o n.º 1627, Pº 82/13, em 06.fevereiro.2015, respeitante a Carlos Emanuel Santos Silva, residente na Av.ª do Parque de Campismo, Lote 21 – 2º Esqº – Gafanha da Boa Hora. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente emissão da certidão solicitada. A informação tem a referência DOPGU/elianac 2015/02/27 1627/15 1, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU, Eliana Castro, e o despacho do Sr. Vereador Marcos Ré, está datado de 2015/02/28, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

**RELATÓRIO FINAL “REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DA BARRA”
INFORMAÇÃO – RATIFICAÇÃO.** -----

Presente o Relatório Final respeitante à empreitada referenciada em título, elaborado pelo Júri do respetivo Procedimento, datado de 18.fevereiro.2015, aqui dado por integralmente transcrito, e que, em linha gerais (decorrida a realização da Audiência Prévia, nos termos e para os efeitos previstos, nos artigos 123º, n.º 1, e 147º, ambos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), aponta para a adjudicação da presente empreitada à firma: José António Parente, Lda, pelo montante da proposta apresentada, que importa no valor de 192.636,56 € (cento e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta mais vantajosa de acordo com os critérios de avaliação consignados no Programa do Procedimento. -----

Sobre o presente Relatório Final, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: ----

- “Deferido de acordo com a informação. Proceder à adjudicação definitiva à empresa José António Parente, Lda. -----

À Câmara para ratificação. -----

04-03-2015

18.fevereiro.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

RELATÓRIO FINAL “VIAS MUNICIPAIS – CONSERVAÇÃO E ABERTURA DE NOVAS – REQUALIFICAÇÃO DA RUA D. MANUEL TRINDADE SALGUEIRO ”
INFORMAÇÃO – RATIFICAÇÃO. -----

Presente o Relatório Final respeitante à empreitada referenciada em título, elaborado pelo Júri do respetivo Procedimento, datado de 18.fevereiro.2015, aqui dado por integralmente transcrito, e que, em linha gerais (decorrida a realização da Audiência Prévia, nos termos e para os efeitos previstos, nos artigos 123º, n.º 1, e 147º, ambos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), aponta para a adjudicação da presente empreitada ao consórcio composto pelas empresas: Rosas Construtores, SA e DVIAS – Engenharia e Construção, Lda, pelo montante da proposta apresentada, que importa no valor de 171.520,63 € (cento e setenta e um mil, quinhentos e vinte euros e sessenta e três cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta mais vantajosa de acordo com os critérios de avaliação consignados no Programa do Procedimento. -----

Sobre o presente Relatório Final, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: ----

- “Deferido de acordo com a informação. Proceder à adjudicação definitiva ao consórcio: Rosas Construtores, SA / DVIAS – Engenharia e Construção, Lda. -----

À Câmara para ratificação. -----

18.fevereiro.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE CAUÇÃO. -----

- “REABILITAÇÃO DE TROÇOS DE COLETOR PLUVIAL NA AVENIDA JOSÉ ESTEVÃO – GAFANHA DA NAZARÉ” – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, datada de 24.fevereiro.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a libertação das cauções prestadas e restituídas as quantias retidas como garantia da obra, à firma: “Aquaduta, Lda”, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

04-03-2015

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de libertação de garantias bancárias e restituição de reforços de caução. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

CIDADANIA E IGUALDADE. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS. ---

COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados pelos dez munícipes/agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 200 de 16/01/2015, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados: -----

- **Quatro** participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

- **Quatro** participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- **Uma** participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses; -----

04-03-2015

- **Uma** comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 6 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

27.fevereiro.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e de Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por um agregado familiar e a respetiva Informação Social anexa. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 198 de 16/01/2015, pelo que totalidade do montante da renda.

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de **446,70 Euros**, para apoio à comparticipação

04-03-2015

no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

27.fevereiro.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
CSPNSN – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e de Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por dois agregados familiares/indivíduos e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado da informação anexa, ficando a utente responsável por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 198 de 16/01/2015, pelo que totalidade do montante da renda.

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré, no valor de **831,36 Euros**, para apoio à participação

04-03-2015

no pagamento do valor das rendas de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

27.fevereiro.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
(REDUÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELO INGRESSO OU FREQUÊNCIA NOS
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS OU CULTURAIS) - PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 4, alínea b) “Redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais. -----

3.º - O pedido de comparticipação solicitado pelo agregado familiar e a respetiva Informação Social que se anexa. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes: -----

- **Uma** redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais, no equivalente aos descontos aplicados a crianças, jovens ou sêniores, com uma durabilidade de doze meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

27.fevereiro.2015”. -----

04-03-2015

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

CULTURA. -----

ESPETÁCULOS 2015 – PREÇOS DOS BILHETES NOS CENTROS CULTURAIS DE ÍLHAVO E DA GAFANHA DA NAZARÉ – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 19.fevereiro.2015, elaborada pelo Diretor do CCI, José Pina, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação do preço dos bilhetes que constam no anexo da presente informação (e que dela faz parte integrante), para os vários espetáculos que os Centros Culturais de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré irão realizar no decorrer do ano em curso, atenta a necessidade, por parte dos vários promotores, de proceder à sua venda antecipada por razões comerciais, para além da demonstração do interesse que amiúde é manifestado pelos potenciais interessados na sua aquisição atempada. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador Paulo Costa: ----

“Concordo. Ao Sr. Presidente da Câmara. -----

27.fevereiro.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Sr. Vereador. -----

HABITAÇÃO. -----

HABITAÇÃO DE RENDA LIMITADA E SEMELHANTE. -----

PROGRAMA DO CONCURSO RELATIVO À ATRIBUIÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO DE 4 FOGOS NA FREGUESIA DA GAFANHA DA NAZARÉ NO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente o documento supra, aqui dado por integralmente transcrito e que em síntese integra as normas que regulam o citado concurso. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----

HIGIENE E LIMPEZA. -----

ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMPRESA SUMA NO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO (CONTRATO N.º 9/1999) – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

04-03-2015

Presente a informação supra, datada de 02.março.2015, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da atualização de preços referentes à “Concessão dos Serviços de Recolha e Transporte de RSU a Destino Final e Limpeza Urbana no Município de Ílhavo”, a praticar durante o ano de 2015, conforme a taxa de atualização do Índice de Preços no Consumidor (IPC), divulgada pelo INE de -0,28%. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Terminada a Ordem do Dia, eram 16.30 horas, hora de audição do público, e dado que se encontrava no Salão Nobre onde decorria a reunião, um munícipe interessado em intervir, foi, ato imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara, permitido o uso da palavra a: -----

- **Armando Ribau Fernandes**, morador na Rua da Azenha n.º 34 Fontinha - Febres, que se deslocou a esta reunião para colocar as seguintes três questões relativas ao Mercado Municipal da Praia da Barra: -----

- Se vai ou não haver preferência na atribuição de bancas, relativamente aos comerciantes que atualmente ocupam bancas naquele equipamento municipal; -----

- De que forma irá a Câmara Municipal proceder à atribuição das bancas no novo Mercado; --

- Quantas bancas (em especial bancas de venda de peixe), estão previstas para o novo Mercado. -----

- Na resposta à primeira pergunta, **o Sr. Presidente da Câmara**, começou por dizer, que, desde o início deste processo (e até pelo historial desta Câmara Municipal em processos da mesma natureza), irá ser dada preferência na atribuição de bancas aos comerciantes que atualmente já lá estejam instalados (duas por comerciante), conforme consta no articulado do respetivo projeto de Regulamento Municipal, estando o processo, neste momento, entregue aos serviços jurídicos desta Câmara Municipal. -----

No que concerne à segunda questão colocada, **o Sr. Presidente da Câmara** salientou o facto de que as novas bancas serão atribuídas por Hasta Pública, tal como está previsto no já citado Regulamento Municipal, cabendo também aos eventuais novos comerciantes, duas bancas. Mais foi informado o aludido munícipe, que o sobredito procedimento administrativo, será

04-03-2015

efetuado em tempo útil e devidamente publicitado, quer na imprensa local, quer nos locais do costume, quer no site da Câmara Municipal. -----

Quanto à última questão colocada pelo munícipe, o **Sr. Presidente da Câmara** disse que neste momento e por não ter consigo o projeto do novo Mercado da Praia da Barra, não lhe era possível dizer qual o número exato de bancas que está previsto serem construídas, garantindo, no entanto, que será sempre em número superior ao número de bancas atualmente existente. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 17.00 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----